

Descobrendo o óbvio

CARLOS FAUSTO

As chamadas comemorações do Descobrimento do Brasil serviram para a sociedade brasileira descobrir o óbvio: o Estado não pode monopolizar datas e efemérides para festejar eventos históricos que ferem a sensibilidade de setores importantes da sociedade civil. Os governos e as elites não são mais capazes de impor uma única perspectiva sobre a História nacional; perspectiva esta que, pela própria posição que ocupam as elites no sistema, é por essência triunfalista: ela tende a narrar como, de um momento inaugural, chegamos ao estado de coisas que é o objeto precípuo da comemoração.

Todos sabemos que o presente está inelutavelmente atuante nas comemorações do passado. E nenhum governo ignora isso. A tônica dos festejos oficiais do Descobrimento, que marcou desde o início sua concepção — seja nas mãos do Itamaraty seja nas do Ministério do Esporte e Turismo — sempre foi excludente e autocomemorativa. Ela é fruto, precisamente, da distância existente entre

o Governo e a sociedade civil, e espelha a auto-imagem que as elites econômicas e políticas querem transformar em sentimento nacional.

A festa foi pensada como pão, circo e televisão, mas setores da sociedade civil organizada, tendo à frente as populações indígenas, resolveram empanar o brilho do evento.

Os protestos são a marca de uma recusa. Eles dizem: "Não aceitamos esta visão do passado e, conseqüentemente, recusamos a situação de desigualdade e assimetria no presente." Eles proclamam em alto e bom som a fratura na hegemonia das elites. Daí por que os protestos foram barrados por batalhões militares, com bombas de gás e cassetetes. Não foi à toa, nem foi um erro. Foi o resultado de uma escolha do Governo, que foi feita há longo tempo e agora não podia ser remediada.

Por que não se comemorou a data com a presença dos índios? Por que não se aproveitou a ocasião para

afirmar, por meio de ações concretas, que queremos outros 500? Não faltaram propostas alternativas nessa direção dentro das comissões oficiais, mas essas idéias simplesmente não foram ouvidas. O preconceito impediu a audição,

tampou a visão. E se expressou de modo contundente, às vésperas dos festejos, com a destruição do monumento erguido pelos pataxós em suas terras, ao lado de uma cruz de aço que nos faz lembrar os séculos de catequização forçada.

A surdez e cegueira não são, porém, privilégio do Governo. Nos últimos dias, vimos personalidades do mundo artístico dizer bobagens nacionalistas, defendendo os festejos em nome da criação do Brasil, que nunca poderia ter existido não fossem os descobrimentos portugueses. Deveriam completar com um sonoro "Viva" à descoberta, ao genocídio e à escravidão.

Por que não se comemorou a data com a presença dos índios?

Suponho que nenhuma dessas pessoas acharia razoável comemorar a chegada do primeiro navio negreiro ao Brasil. Do ponto de vista dos índios, contudo, é precisamente disso que se trata ao se festejar a chegada da primeira nau portuguesa. Aliás, o fato simbólico é prenhe de verdade histórica: o desenvolvimento econômico desta nação dependeu, durante a maior parte de sua História, da mão-de-obra escrava interna (os índios ou "negros da terra" como eram chamados) e externa (os africanos). Por que, então, não deveriam os índios protestar diante de uma festa de dois presidentes brancos, um brasileiro e outro português, ladeados por um ator representando Pedro Álvares Cabral?

A farsa não poderia ser mais contundente. As roupas de época, a vila histórica de Porto Seguro, os sorrisos das autoridades, os discursos e banquetes. Só faltou a nau capitânia de R\$ 4 milhões. Para mim, foi um soco no estômago. Para os índios, uma afronta e um desrespeito.

CARLOS FAUSTO é professor de antropologia do Museu Nacional/UFRJ.

| | | | |
|--------------------|------------|--------------|--|
| Acervo ISA | | Documentação | |
| Fonte | 06/10/80 | | |
| Data | 25/11/2000 | | |
| Class. | 225 | | |
| SOCIOANTROPOLÓGICA | | | |